

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE (dos Srs. MARCO MAIA e VICENTINHO)

*Solicita que seja realizada
Audiência Pública para debater a
situação das condições de
trabalho no Setor Avícola
Brasileiro.*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada, o mais breve possível, audiência pública para debater a grave situação dos trabalhadores no setor avícola brasileiro (indústria e frigoríficos).

Para tanto, convidamos a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, os Representantes do Ministério do Trabalho e os da Sociedade Civil organizada, por meio das respectivas entidades de classe, em especial, as Associações Brasileiras e seus Sindicatos (Patronais ou não).

JUSTIFICATIVA

Reiteradas denúncias de entidades sindicais apontam para as más condições de trabalho em indústrias e frigoríficos do setor avícola. A principal queixa diz respeito ao ritmo excessivo de trabalho imposto aos empregados, o que tem gerado um grande número de casos de lesão por esforço repetitivo – LER, inclusive entre trabalhadores jovens e com pouco tempo de serviço.

Em dezembro de 2005, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta Casa realizou audiência pública para discutir o tema.

Depoimentos contundentes de trabalhadores revelaram um quadro de extrema gravidade. Conclui-se pela necessidade de tomada de medidas, como o aumento da fiscalização e o controle da velocidade das correias (nórias) que determinam o ritmo de trabalho. Anos depois, infelizmente, persistem os problemas, com denúncias reiteradas sendo oferecidas pelos sindicatos e veiculadas pela imprensa. Entidades sindicais associadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação – CONTAC estão engajadas em campanha pela adoção da jornada de seis horas diárias no setor, com vistas à preservação da saúde dos empregados.

O setor avícola possui grande importância econômica para o País em vista da geração de empregos, abastecimento do mercado interno e geração de divisas com exportações. É indispensável conciliar esses aspectos com a garantia da integridade física e da dignidade de seus trabalhadores.

Essas são as razões pelas quais requeremos a presente Audiência Pública, que permitirá a discussão da matéria mediante oitiva dos diversos especialistas e setores da sociedade civil organizada, permitindo à esta Casa maior interpretação sobre os pontos de vista expostos, problemas detectados e experiências possíveis de sofrer correção por meio da legislação federal a ser implementada.

Salas das Comissões, em de outubro de 2009.

Deputado MARCO MAIA

Deputado VICENTINHO